

Linguagem Sensível ao Género em texto prescritivo – um estudo de caso

Gender-Sensitive Language in Prescriptive Texts – A Case Study

Cláudia Ruas¹, Matilde Gonçalves², Antónia Coutinho²

¹ CLUNL, Universidade NOVA de Lisboa

² CLUNL, NOVA FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Resumo

Este artigo analisa a utilização de Linguagem Sensível ao Género (LSG) num texto de carácter prescritivo do âmbito escolar, em português europeu (PE) sob uma perspetiva sociodiscursiva (Bronckart, 2005). A investigação centra-se nas estratégias textuais utilizadas para promover a inclusão de género, identificando desafios relacionados com a clareza, a economia discursiva e a coesão textual. A análise tem em conta o uso do sujeito nulo como estratégia da LSG, discutindo a sua eficácia e o seu impacto na interpretação dos textos. Os resultados sublinham a importância de soluções que conciliem a inclusão de género com eficiência comunicativa, propondo reformulações viáveis para melhorar a implementação da LSG no contexto institucional.

Palavras-chave: Linguagem Sensível ao Género, Português Europeu, sujeito nulo, texto prescritivo.

Abstract

This study analyzes the use of Gender-Sensitive Language (GSL) in prescriptive texts within the school context, in European Portuguese (EP), from a sociodiscursive perspective (Bronckart, 2005). The research focuses on the textual strategies employed to promote gender inclusion, identifying challenges related to clarity, discursive economy, and textual cohesion. The analysis examines the use of null subjects as a GSL strategy, evaluating its practical effectiveness and impact on text interpretation. The findings underscore the importance of solutions that reconcile gender inclusion with communicative efficiency, proposing viable reformulations to improve the implementation of GSL in institutional contexts.

Keywords: Gender-Sensitive Language, European Portuguese, null subject, prescriptive text.

1. Introdução

A Linguagem Sensível ao Género (LSG) emerge como uma resposta às transformações sociais ocorridas ao longo das últimas décadas, impulsionadas pelo objetivo de promover práticas discursivas mais inclusivas e equitativas em diferentes esferas da comunicação social e institucional. Neste contexto, a LSG tem vindo a consolidar-se no âmbito normativo, orientado pelas recomendações do Conselho da Europa (2019) e pelas diretrizes de manuais institucionais como os publicados pelo Conselho Económico e Social (CES, 2021), pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e Direção-Geral da Educação (CIG & DGE, 2023) e pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (Direção de Comunicação e Relações Públicas, 2022). Esta abordagem reflete mudanças nas práticas discursivas, sendo entendida numa perspetiva sociodiscursiva (Bronckart, 2005).

Atualmente, encontram-se exemplos de uma crescente incorporação da LSG quer na escrita, em textos institucionais, “Às Mães, Pais e Encarregadas/os de Educação [...]”¹, e textos jornalísticos, como comentários políticos e artigos de opinião, “os portugueses e as portuguesas não se deixaram enganar” (Moreira, 2019); quer na oralidade, em formas de tratamento e saudações, “Boa tarde, senhoras deputadas e senhores deputados [...]” (Assembleia da República, 2024, 00:02), comentários políticos e em entrevistas, “com a forma com que fomos educadas e educados” (SIC, 2024, 26:58).

Estes exemplos ilustram as diversas manifestações da LSG em contextos de produção que variam, quer em termos de espontaneidade, quer de formalidade. Porém, também evidenciam limitações associadas à redundância linguística e à falta de fluidez discursiva.

No âmbito do português europeu (PE), a aplicação de estratégias de LSG enfrenta alguns desafios decorrentes das características gramaticais da língua. Este trabalho procura explorar estas questões, investigando as formas como a LSG é utilizada num Código de Conduta do âmbito escolar e observando o seu impacto na clareza e na eficácia discursiva. A análise tem como foco as estratégias de inclusão de género utilizadas, os desafios que estas levantam e as potencialidades do uso do sujeito nulo enquanto alternativa prática e eficiente para a inclusão de género em contextos formais.

2. Contextualização

Atualmente, no plano internacional, a promoção da LSG tem sido amplamente reconhecida por organizações como a ONU e o Conselho da Europa. O documento *Guidelines on gender-neutral language* da UNESCO (1999) destaca o papel da linguagem na formação do pensamento e no combate aos estereótipos de género. Também as recomendações do Conselho da Europa (1990, 2019) apontam para a linguagem inclusiva como um elemento essencial para erradicação de preconceitos e para a construção de sociedades mais justas.

Em Portugal, a LSG tem sido progressivamente integrada nos quadros normativos nacionais. A *Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2006* destacou a necessidade de minimizar a especificação de género, reconhecendo o papel da linguagem como vetor de igualdade. Este compromisso foi reforçado pelo *Decreto-Lei n.º 169-B/2019*, que regulamenta o uso de linguagem não discriminatória nos documentos oficiais. Estas normas instituíram um contexto favorável à implementação de práticas de LSG, promovendo a mudança no âmbito da comunicação institucional. Consequentemente, surgiram os manuais de utilização da LSG com o objetivo de operacionalizar estas normas. O *Guia de Comunicação Inclusiva na Administração Pública* (Abranches, 2009) continua a ser a principal referência no âmbito administrativo, a partir do qual foram elaborados outros manuais como o *Manual de Linguagem Inclusiva* do CES (2021) ou, recentemente, o *Manual de Linguagem Inclusiva da Universidade NOVA de Lisboa* (Gabinete de Igualdade e Inclusão da Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa, 2024).

¹ Câmara Municipal de Palmela. (2025). *Nota informativa: Aprender a nadar 2025–2026*.

3. Enquadramento teórico

O presente estudo adota a perspetiva epistemológica do Interacionismo Sociodiscursivo, entendendo a linguagem como mediadora das ações humanas, que não se podem ver dissociadas das dimensões psicológica e social. Segundo Bronckart (2005, p. 39), “[...] linguagem não é (apenas) um meio de expressão de processos que seriam, eles, estritamente psicológicos [...] é, na realidade, um instrumento fundador e organizador desses mesmos processos [...]”. Esta abordagem permite explorar a LSG enquanto instrumento potencialmente transformador das práticas discursivas e organizador de novos padrões sociais, analisando de que forma as escolhas linguísticas reconfiguram as relações de género (humano) nos textos. Complementarmente, a teoria semiolinguística de Charaudeau (2016) contribui para a compreensão das estratégias discursivas na LSG, na medida em que enfatiza o papel do contrato comunicativo na construção de sentidos e na interação entre intenções individuais e normas sociais.

No que diz respeito à academia, o estudo da LSG em PE passa pela exploração dos efeitos do masculino genérico (MG) na compreensão linguística (Matos, 2020); investigam-se também as potencialidades da reformulação na construção de textos com carácter inclusivo (Coutinho, 2021). Além disso, invocam-se outras dimensões da LSG como a da tradução, destacando-se a necessidade de soluções que respeitem a estrutura do PE e promovam equidade do texto original (Salazar, 2023) bem como a da revisão linguística, salientando a importância de uma normatização consistente (Delgado, 2023). Os trabalhos sobre a relação entre género e linguagem desenvolvem-se em diversos domínios da linguística, como a linguística do texto, a análise do discurso, a história da língua, a morfologia, a sintaxe e a pragmática. Cada um destes campos investiga diferentes aspetos da forma como a linguagem reflete ou desafia desigualdades de género. O debate sobre linguagem inclusiva vai além da normatividade, envolvendo uma reflexão mais ampla sobre os recursos linguísticos e as suas implicações sociais e culturais (Coutinho et al., 2024).

Embora o uso da LSG tenha registado alguns avanços nas últimas décadas, continua a enfrentar obstáculos que começam pela resistência cultural à adoção de formas inclusivas e passam pela necessidade de equacionar soluções linguisticamente viáveis que assegurem clareza textual e inclusão, para que se chegue finalmente a um consenso normativo em textos institucionais.

4. Formas marcadas e não marcadas na LSG: Definição e delimitação

Na análise linguística, tendo em conta a perspetiva herdada da escola de Praga, os termos marcado e não marcado são em geral entendidos numa perspetiva estrutural: trata-se da presença ou ausência de um traço ou de uma forma (Lyons, 1977, p. 305). Este aspeto pode também relacionar-se com as noções de prototipicidade, complexidade ou frequência de uso (Greenberg, 1966; Jakobson, 1959). Assim, as formas não marcadas referem-se àquelas que são consideradas neutras, prototípicas ou menos complexas em relação a uma oposição gramatical ou lexical (o masculino em oposição ao feminino em sistemas gramaticais); por sua vez, as formas marcadas implicam a adição de traços formais ou funcionais, sendo frequentemente associadas a menor frequência de uso ou maior complexidade.

No âmbito da análise da LSG, propõe-se, com este trabalho, uma distinção entre formas marcadas e formas não marcadas baseada na intencionalidade discursiva e nos recursos linguísticos utilizados para promover a inclusão de género. A utilização destes termos apoia-se numa conceptualização específica, distinta das aceções tradicionais em análise linguística, a qual será a seguir melhor esclarecida, para evitar ambiguidades.

Assim, no presente trabalho, as *formas marcadas* do ponto de vista da LSG caracterizam-se pela intencionalidade explícita de promover a inclusão de género, evidenciada por escolhas linguísticas que assinalam direta e inequivocamente a presença de mais de um género gramatical ou social no texto. Estas formas tornam visível a preocupação inclusiva e a intenção comunicativa de equidade de género. São exemplos, nomeadamente:

- a. repetição lexical com recurso a formas de coordenação (copulativas ou disjuntivas) para a duplicação de palavras de forma a incluir explicitamente ambos os géneros. Como em “os alunos e as alunas”;
- b. formulações com duplicação de género através do recurso a sinais gráficos, como barras, “alunos/as” ou parêntesis “aluno(a)”, que visam incluir os dois géneros através da ocorrência da vogal temática que acumula a função de marcação de género.

Estas estratégias configuram-se como *formas marcadas* devido ao seu carácter explícito que sublinha uma intencionalidade inclusiva inequívoca, distinguindo-se da neutralização (CES, 2021) ou de outras estratégias implícitas.

Em contrapartida, as *formas não marcadas* na LSG são aqui entendidas como aquelas em que a inclusão de género não é explícita ou diretamente evidente. Estas formas permitem inferências sobre a inclusão, mas sem demonstrar uma intencionalidade inequívoca relativamente à marcação linguística explícita de géneros. Incluem:

- a. léxico sem marca de género, ou seja, palavras que, pela sua morfologia, não apresentam variação de género, “discente”, “pessoal docente”;
- b. nomes ou expressões coletivas, “turma”, “comunidade escolar”, “corpo docente”;
- c. reformulações sintáticas (Coutinho, 2021), ou seja, construções que evitam a necessidade de marcação de género através de estratégias como: pronomes relativos neutros [“quem” ou “a pessoa que”], quantificador universal “cada” + nome invariável [cada estudante]; construções passivas sem complemento agente (cf. CES, 2021) [Os materiais devem ser entregues no prazo estipulado].

Dado que estas formas não exibem uma marcação explícita da intencionalidade inclusiva, é impossível determinar com certeza se o texto visa a inclusão de géneros ou se apenas reflete um uso funcional da língua. O seu carácter implícito distancia estas formas das formas marcadas, oferecendo, no entanto, alternativas linguísticas que evitam o uso de estruturas tradicionalmente exclusivas. A raridade do masculino genérico (MG), neste contexto, funciona como um indicador da intencionalidade inclusiva subjacente à seleção das formas não marcadas, bem como a ocorrência de formas marcadas no mesmo texto. Estas escolhas combinadas sugerem um esforço deliberado para alinhar os textos com os princípios da LSG.

5. Objetivos, questão de investigação e hipóteses do trabalho

Este estudo parte do seguinte objetivo principal: investigar a utilização da LSG em textos de carácter prescritivo, como regulamentos e códigos de conduta², no contexto escolar português. Tendo em conta a dimensão que estes textos em geral apresentam, por um lado, e as condicionantes de espaço, por outro, toma-se como caso de estudo a análise de um regulamento escolar considerado representativo (tanto do género de texto como da problemática em estudo). Assim, procura-se identificar as estratégias utilizadas para promover a inclusão de género, os padrões recorrentes e eventuais desvios gramaticais associados à aplicação da LSG. Pretende-se igualmente compreender se a implementação da LSG contribui ou, em alguns casos, compromete a clareza comunicativa e a conformidade normativa dos textos. Por fim, o estudo propõe-se apresentar, de forma embrionária, soluções para melhorar a aplicação da LSG em textos institucionais, com base nas lacunas e desafios identificados.

² Os textos de carácter prescritivo podem incluir uma considerável diversidade de géneros; não sendo esse o objetivo do presente trabalho, para simplificar, serão aqui referidos como ‘textos prescritivos’.

Tendo em conta os objetivos apresentados, a questão de investigação que orienta o presente artigo é esta: *De que forma as escolhas linguísticas da LSG afetam os textos prescritivos escolares?* O estudo assume duas hipóteses principais. A primeira pressupõe que a utilização da LSG em textos institucionais apresenta lacunas que dificultam a sua estabilização. A segunda hipótese sugere que o uso do sujeito nulo pode ser uma solução para evitar marcas de género em contextos formais.

6. Metodologia

Este estudo desenvolve-se com base na análise de um documento institucional de carácter prescritivo, selecionado pelo seu valor representativo na utilização da LSG. O documento em questão é o *Código de Conduta do Agrupamento de Escolas Gil Vicente* (Agrupamento de Escolas Gil Vicente, 2024), versão revista em 2024, com um total de 25 páginas, em acesso livre. Este documento foi considerado representativo devido ao uso extensivo de estratégias associadas à LSG, constituindo um exemplo significativo, do ponto de vista da exploração de práticas e de desafios que se relacionam com a implementação de LSG em textos escolares ou institucionais.

Para alcançar os objetivos propostos, foram delineados três procedimentos de análise:

- a. o primeiro passo consistiu em examinar detalhadamente as escolhas linguísticas presentes no texto, com o intuito de identificar as estratégias adotadas para inclusão de género; a observação permitiu mapear o grau de intencionalidade inclusiva e a sua consistência ao longo do documento;
- b. após a identificação das práticas de LSG, o foco foi direcionado para os desafios encontrados na sua implementação; este procedimento procurou compreender em que medida a LSG, quando aplicada em contextos prescritivos, pode gerar dificuldades tanto para quem redige, quanto para quem lê os textos;
- c. com base nas dificuldades verificadas, analisou-se o uso do sujeito nulo como alternativa para resolver problemas de clareza ou de sobrecarga textual, preservando simultaneamente a inclusão de género.

7. Estudo

O Código de Conduta, enquanto documento de carácter prescritivo, cumpre a função comunicativa de estabelecer regras e orientar comportamentos, promovendo um ambiente escolar funcional. Dirigido à comunidade escolar, o documento reflete as necessidades institucionais de normatizar condutas e organizar interações sociais. Nesse contexto, a análise do exemplar de género selecionado revela, como seria expectável, uma predominância da modalidade deontica, essencial para expressar obrigações e proibições, frequentemente marcada pelo uso dos auxiliares modais *dever* e *poder*, muitas vezes na forma negativa (Nuyts, 2016). Tal característica central do texto prescritivo dialoga diretamente com as estratégias linguísticas adotadas para promover a inclusão de género, como à frente se verá.

O Código de Conduta em análise manifesta também uma preocupação explícita com a inclusão e a sensibilidade ao género, materializada por meio de estratégias linguísticas e semióticas que a seguir se descrevem e comentam.

7.1. Estratégias de LSG

Em primeiro lugar, importa distinguir duas estratégias principais de formas marcadas de LSG presentes no texto em análise, a seguir apresentadas.

a. Formas marcadas duplas com recurso a sinais gráficos, como por exemplo “os/as discentes” | “pelo(a) assistente operacional”.

Utilizam barras ou parênteses para incluir explicitamente os géneros masculino e feminino numa única formulação. Caracterizam-se por serem mais compactas, economizando espaço textual, e asseguram a representação simultânea de ambos os géneros.

b. Formas marcadas duplas com recurso à coordenação, como “os alunos e as alunas” | “os e as estudantes”.

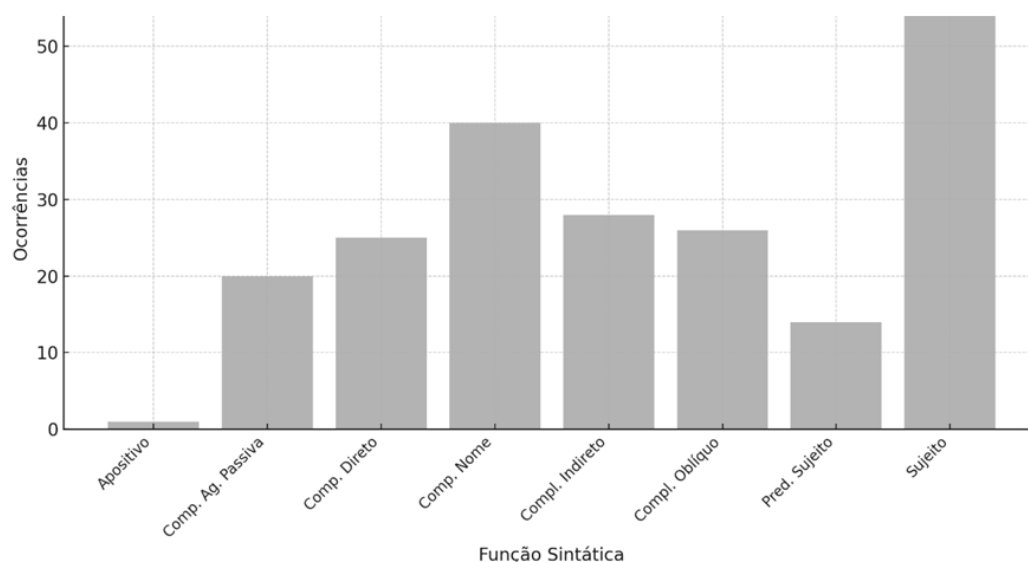
Os géneros são explicitados através da coordenação entre os termos masculino e feminino. São estratégias que conferem maior visibilidade a ambos os géneros, sendo mais claras semanticamente e de leitura acessível.

Ambas as estratégias demonstram a preocupação com a representatividade e a equidade de género. No entanto, em grande parte dos casos, o masculino é colocado em primeiro lugar, mantendo uma hierarquia linguística que pode contrariar a intencionalidade inclusiva destas práticas. Além disso, podem dificultar a leitura fluida devido à fragmentação visual que introduzem (no caso dos sinais gráficos); também são mais extensas e redundantes do que as formas tradicionais, o que pode comprometer a concisão do texto, tal como se desenvolverá na secção seguinte.

Tendo em conta os eventuais problemas trazidos pelas formas marcadas, pareceu importante analisar a sua função sintática. Neste sentido, identificaram-se aproximadamente 200 sintagmas com formas marcadas de LSG no corpo do texto, excluindo índices e títulos. As ocorrências encontradas foram sistematizadas e são apresentadas na Figura 1.

Figura 1

Distribuição das Funções Sintáticas com Formas Marcadas de LSG



Estes dados sugerem que as formas marcadas de LSG tendem a surgir em funções sintáticas centrais: destaca-se a categoria de sujeito, seguindo-se os complementos do nome, complementos indiretos e complementos oblíquos.

7.1.1 Formas não marcadas

Embora não seja possível atestar a sua intencionalidade no uso de LSG, as estratégias não marcadas de LSG presentes no texto parecem refletir um esforço deliberado para promover a neutralidade e a inclusão de forma subtil, evitando a marcação explícita de género. Estas abordagens destacam-se pela capacidade de assegurar acessibilidade discursiva, simplicidade textual e eficiência comunicativa, recorrendo a formas que abstraem referências de género sem comprometer a clareza. Elencam-se a seguir as estratégias em ocorrência no texto em análise.

a. Expressões neutras ou abrangentes (nominais ou pronominais), como “criança | pessoal técnico | quem”. Evitam a marcação de género e asseguram uma acessibilidade discursiva universal; preservam a simplicidade e a clareza do texto, garantem a inclusão na referência aos sujeitos sem criar problemas de concordância;

b. Nomes sem variação de género, como “docente | discente | estudante”. Não variam em género, contudo os elementos à esquerda e à direita do nome (como determinantes e adjetivos) e as retomas anafóricas pronominais mantêm (ou refazem) a concordância de género, pelo que a sua adoção no âmbito da LSG, para ser eficaz, tem de ser conjugada com outras estratégias. Além disso, termos como “discente” podem dificultar a compreensão do texto, sugerindo a necessidade de uma adaptação ao público-alvo.

c. Siglas, como “EE” para Encarregadas/encarregados de Educação. Podem simplificar a redação e conferir fluidez ao texto. No entanto, as formas abreviadas podem ativar representações mentais que nem sempre coincidem com a sua expansão lexical, ou seja, com o desdobramento da sigla na forma completa, anteriormente utilizada no texto. Isto acontece porque a memória recorre a esquemas e estereótipos culturais que frequentemente sobrepõem imagens padronizadas e enviesadas a termos aparentemente neutros (Baddeley et al., 2015). No caso de EE, por exemplo, é legítimo questionar se a sigla evoca uma imagem neutra ou se reflete implicitamente o masculino, dada a predominância histórica deste género como padrão. Lakoff (1987) reforça que a ativação de categorias mentais é moldada por modelos culturais, podendo perpetuar estereótipos de género mesmo em siglas aparentemente neutras. Este é um tema interessante, mas que não será desenvolvido neste trabalho, ficando em aberto para investigações futuras.

d. Voz passiva sem complemento, como em “Qualquer anomalia no uso do GTE, ou defeito em equipamentos deverá ser comunicada no momento em que for detetada à Direção [...]”. Utiliza uma construção impessoal que abstrai o agente da ação, conferindo neutralidade e objetividade ao texto, permitindo direcionar a atenção para o procedimento pedagógico ou disciplinar, evitando mencionar diretamente quem deve realizar a comunicação.

e. Sintagmas preposicionais sem artigo, como “Evitar a saída de discentes”. A omissão do artigo definido confere à construção um carácter genérico e aplicável a qualquer sujeito, eliminando referências de género (CES, 2021). No entanto, é importante notar que, em algumas situações, a omissão do artigo pode tornar a frase agramatical.

f. Sujeito nulo, como “[...] os/as discentes devem: [...] - não devem estar com bonés [...]; - não devem ir à casa de banho [...]; - não podem consumir alimentos”.

Contribui para a economia discursiva, evitando repetições desnecessárias, reforça a coesão do texto e facilita a fluidez da leitura.

g. Nominalização derivacional, como em “em caso de não cumprimento das regras”.

A nominalização remove a necessidade de identificar agentes específicos, conferindo impessoalidade e um carácter mais formal ao texto prescritivo.

h. Infinitivo, por exemplo “Identificar | Responder | Uniformizar”.

Os infinitivos organizam o texto de forma direta e impessoal, sendo amplamente utilizados em textos técnicos, de carácter prescritivo, para apresentar ações gerais a realizar. Estas formas verbais estão frequentemente associadas a um sujeito indeterminado, aplicando-se a qualquer pessoa ou grupo responsável pela execução da ação, embora em alguns contextos o sujeito possa ser explicitado ou deduzido (Cavalcante & Duarte, 2009). Por não marcar género de forma explícita, o infinitivo pode revelar-se essencial para desenvolver estratégias de escrita que respeitem os princípios da igualdade de género, a ser explorada em trabalhos futuros.

i. Formas gerundivas, “por exemplo atuando de imediato e respeitando [...]”.

O uso de orações gerundivas em PE reflete características associadas à sintaxe do sujeito nulo (Fiéis & Lobo, 2010), mantendo a fluidez e a continuidade do texto, contribuindo para a economia discursiva e a coesão textual. Esta questão também merece ser analisada no âmbito da LSG em estudos futuros.

8. Desafios da LSG

Esta secção aborda os principais problemas relacionados com a aplicação da LSG que foram identificados na análise do texto. As categorias apresentadas resultam de uma análise qualitativa simultaneamente exaustiva e exploratória: exaustiva, na identificação dos fenómenos relevantes para a LSG no texto em análise; exploratória, na explicitação das estratégias textuais mobilizadas para promover a inclusão de género e na discussão dos seus efeitos ao nível textual, como se verá à frente. Estas categorias foram definidas de forma indutiva a partir dos fenómenos linguísticos observados no texto. Para efeitos da análise, utilizaram-se como critérios a clareza comunicativa, a economia discursiva, a coesão textual e a conformidade normativa. Entende-se a clareza comunicativa como a facilidade de interpretação do enunciado; a economia discursiva como ausência de redundâncias estruturais desnecessárias; a coesão textual como relações linguísticas que asseguram a continuidade referencial e a progressão do texto; e a conformidade normativa como o alinhamento das estruturas com as convenções gramaticais do português europeu.

Estes critérios funcionam como parâmetros de avaliação dos fenómenos a seguir observados. Os desafios apresentados nas subsecções seguintes correspondem a problemas linguísticos identificados no texto em análise, podendo afetar simultaneamente mais do que um dos critérios definidos.

Sem pretender realizar um levantamento exaustivo, procura-se destacar os desafios mais relevantes, incluindo redundância discursiva, fragmentação do texto, dificuldades de concordância gramatical e entraves à acessibilidade, especialmente em contextos institucionais e educativos, oferecendo uma visão geral das limitações enfrentadas na prática, como se verá a seguir.

8.1. Compreensão de formas marcadas com sinais gráficos

O recurso a sinais gráficos levanta de imediato uma questão: trata-se de recursos semióticos, que podem naturalmente cumprir objetivos, mas não têm estatuto de unidades linguísticas – e, consequentemente, não têm mais alcance do que o de uma representação escrita. Apesar disto, e como anteriormente referido, o uso de formas marcadas de LSG reforça a intencionalidade inclusiva do texto, mas levanta questões quanto à legibilidade e fluidez textual. A elevada frequência de ocorrência de sinais gráficos, como barras e parêntesis,

contribui para uma leitura visualmente carregada, tornando-a menos acessível e aumentando a carga cognitiva de quem lê, especialmente em contextos que requerem rapidez e clareza. Construções como "as/os suas/seus representantes" fragmentam o ritmo da leitura e dificultam a continuidade interpretativa, comprometendo a legibilidade e a transmissão eficiente da informação (Coutinho, 2021). Além disso, embora as formas gráficas sejam concebidas para promover a inclusão, não está claro se esta intencionalidade é ativada durante o processamento mental acionado pela leitura. Estudos como os de Lakoff (1987) sugerem que as categorias mentais são profundamente influenciadas por modelos culturais e linguísticos, o que pode limitar a eficácia das formas marcadas em contrariar normas linguísticas historicamente dominadas pelo MG.

8.2. Coesão e concordância na LSG

A adoção de práticas de LSG também evidencia obstáculos estruturais da língua portuguesa, nomeadamente no que concerne à coesão textual e à concordância gramatical. No contexto da LSG, a marcação de género (aceção tradicional), inerente a muitos pronomes da língua portuguesa, dificulta a retoma pronominal. No exemplo "*Cooperar na promoção do bem-estar dos alunos e das alunas, protegendo-os*", o referente do pronome "os" é exclusivamente "*os alunos*", ignorando a inclusão inicial expressa com "*as alunas*". Esta incongruência compromete tanto a intenção inclusiva quanto a continuidade referencial, além de reforçar o MG como norma implícita.

De forma semelhante, construções como "*do docente/técnica/técnico*" refletem um desalinhamento gramatical que contraria as normas de concordância da língua portuguesa (Raposo & Brito, 2020). Neste exemplo, o artigo definido "*do*" é semanticamente ligado a três termos com diferentes marcações de género: "*docente*", neutro; "*técnica*", feminino; e "*técnico*", masculino. Esta falta de integração num padrão de concordância fragmenta o enunciado, tornando-o gramaticalmente inconsistente e mais difícil de interpretar³.

8.3. Economia discursiva e a LSG

No contexto da LSG, a duplicação de formas desafia diretamente a economia discursiva, introduzindo esforço cognitivo e redundância estrutural. A repetição de marcas de género pode comprometer a coesão referencial e ter impacto na organização enunciativa e na função pragmática do texto prescritivo. Como observa Adam, a repetição constitui um mecanismo estruturante do texto que intervém em diferentes níveis da organização textual, influenciando a progressão e a coerência discursiva (Adam, 2008, pp. 312–317).

A duplicação de formas para representar géneros distintos, como em "*os alunos e as alunas*", visa promover inclusão e visibilidade equitativa. Contudo, estas construções resultam frequentemente em redundâncias, dado que a mesma informação é expressa duas vezes — primeiro para o género masculino e depois para o feminino. Do ponto de vista informativo, é possível argumentar que essa repetição nem sempre acrescenta novos sentidos ao texto, mas aumenta a extensão do enunciado, contrariando os princípios de concisão e economia discursiva⁴. Em vez de facilitar a compreensão, a repetição constante pode desviar a atenção do conteúdo principal (Pereira et al., 2019), fragmentando o texto e dificultando a receção eficaz da mensagem (Aquino, 2015).

Em síntese, as duplicações extensivas e os desvios de concordância tendem a gerar ambiguidades interpretativas e uma sobrecarga textual que fragiliza a coesão e compromete a inteligibilidade do texto. Por outro lado, soluções como o recurso a formas neutras ou ao sujeito nulo apresentam-se como vias promissoras, mas não isentas de limitações, sobretudo em contextos em que a especificidade terminológica pode erigir barreiras à acessibilidade de públicos heterogéneos.

³ Note-se que Raposo e Brito (2020) não tomam em consideração exemplos que pudessem considerar-se próximos dos que aqui estão em causa, sendo apenas fornecidos exemplos não problemáticos, como o l.f: umas cozinheiras francesas famosas.

⁴ Este argumento pode ser contestado, sustentando-se que a atribuição de visibilidade ao género feminino é, *per si*, um objetivo legítimo ou um novo significado introduzido no texto, o que justifica e compensa a redundância.

Perante os desafios identificados, podem apontar-se algumas estratégias para mitigar os problemas associados à marcação de género e à redundância discursiva, como o uso de termos neutros e reformulações que promovam a economia discursiva. Não é objetivo deste trabalho desenvolver todas essas soluções. No que se segue, o foco será colocado no caso concreto do sujeito nulo, analisando o seu potencial para promover a inclusão de género sem comprometer a fluidez, a clareza e a coesão textual.

9. A utilização do sujeito nulo no Português Europeu em contexto de LSG

O presente estudo coloca a hipótese de, devido à qualidade *pro-drop* do PE (Lobo & Martins, 2017), o sujeito nulo constituir uma estratégia interessante para ultrapassar os problemas levantados, uma vez que permite evitar a redundância e a repetição de formas marcadas de LSG, garantindo simultaneamente a clareza e a aplicabilidade genérica das normas linguísticas. Todavia, esta estratégia pode ainda suscitar questões quanto à eficácia prática, dadas as limitações contextuais do seu uso e as implicações que pode ter na interpretação textual. Esta secção analisa dois casos paradigmáticos de uso do sujeito nulo em PE, transcritos do documento estudado, problematizando o seu impacto em textos em que é utilizada LSG.

Embora o sujeito nulo seja uma característica gramatical intrínseca ao PE, a sua utilização consciente na redação de documentos institucionais com preocupações de inclusão de género pode revelar-se particularmente estratégica, no que respeita à LSG. No documento analisado, foram identificados 16 casos de sujeitos nulos interpretáveis como formas não marcadas de LSG. O recurso a esta (re)formulação facilita uma leitura inclusiva e evita a redundância estilística gerada pela dupla marcação de género (Coutinho, 2021). Simultaneamente, ao nível da escrita, a omissão do sujeito atua como uma estratégia eficaz de coesão textual, promovendo a fluidez e a economia discursiva do texto (Adam, 2008).

9.1. Primeiro caso: Sujeito nulo em modalidade deôntica

No documento analisado, um dos exemplos mais evidentes do uso do sujeito nulo ocorre em enunciados cujo valor prescritivo está associado à modalidade deôntica, como em [...] *os/as discentes devem: [...] – Não devem estar com bonés, [...] – Não devem ir à casa de banho [...] – Não podem consumir alimentos [...]*. Neste caso, a referência explícita a "os/as discentes" é realizada inicialmente, mas subsequentemente substituída por sujeitos nulos, mantendo a concordância verbal. Desta forma, o sujeito nulo evita a necessidade de repetição constante de formas marcadas. A eliminação da referência explícita reduz a redundância e aumenta a fluidez do texto, sem comprometer a aplicabilidade das normas. Em PE, o antecedente [+ humano] influencia positivamente a resolução anafórica (Fiéis et al., 2022, p. 6), permitindo que se identifique claramente o sujeito implícito. Por contraste, no português do Brasil, como aponta Duarte (2012), a erosão do paradigma de concordância verbal leva a uma maior dependência de sujeitos explícitos em construções prescritivas.

Apesar da aparente vantagem na utilização desta estrutura frásica com utilização de sujeito nulo anafórico, é importante problematizar o seu uso em termos de acessibilidade e interpretação. Por exemplo, em textos dirigidos a um público diversificado, a recuperação anafórica pode não ser tão imediata, especialmente por pessoas menos familiarizadas com as características gramaticais do PE.

9.2. Segundo caso: Sujeito nulo com referência arbitrária

Outro exemplo particularmente relevante é o uso de sujeitos nulos em construções com referência arbitrária, como em "*Nos casos em que se considere mais grave, dar ordem de saída da sala [...]*". Aqui, o clítico "*se*" funciona como um marcador de indefinição, abstraindo o agente da ação. Em PE, este recurso permite evitar referências específicas ao género, sendo auxiliado pelo clítico que transfere o foco para a ação descrita. A recuperação do referente do sujeito nulo é, muitas vezes, dependente do contexto discursivo. Neste exemplo, a interpretação de que o sujeito implícito é o "*pessoal docente*" pode não ser óbvia para todas as pessoas. A ausência de especificação pode ser vista como um fator de ambiguidade, especialmente em texto de

caráter prescritivo, onde a clareza é fundamental. O uso de pronomes explícitos ou nulos pode induzir diferentes leituras, dependendo da experiência interpretativa e do contexto comunicativo (Lobo & Martins, 2017).

9.3. Soluções propostas para a LSG

Para mitigar as limitações identificadas e otimizar o uso do sujeito nulo em LSG, propõem-se reformulações que conciliem neutralidade de género, clareza e coesão textual:

Tabela 1

Propostas de Reformulação em LSG

Original	Reformulação proposta (elaboração própria)
<i>em que todos/todas devem e podem participar</i>	<i>em que se deve e pode participar</i>
<i>Não deixar que os/as discentes saiam da sala antes do fim da aula</i>	<i>Não deixar que se saia da sala antes do fim da aula</i>
<i>Na sala de aula/sessão, os/as discentes devem: – Pedir para falar e não interromper as outras pessoas [...]</i>	<i>Na sala de aula/sessão, deve-se: – Pedir para falar e não interromper as outras pessoas [...]</i>
<i>O/a aluno/aluna deve manifestar boas maneiras.</i>	<i>Deve-se manifestar boas maneiras.</i>
<i>para que o/a docente comunique</i>	<i>para que se comunique</i>

Estas reformulações evidenciam o potencial do sujeito nulo em PE para alcançar a neutralidade desejada pela LSG, eliminando a necessidade de formas duplicadas e contribuindo para a clareza e economia discursiva ao reorganizar a enunciação e deslocar o foco do agente discursivo para o conteúdo prescritivo (Adam, 2008). Desta forma, o uso do sujeito nulo em PE emerge como uma potencial solução para os desafios da LSG, permitindo alcançar uma linguagem mais inclusiva e eficiente, ressaltando-se potenciais casos de ambiguidade, conforme descrito anteriormente.

10. Considerações finais

Os resultados deste estudo evidenciam os desafios e as potencialidades da LSG no contexto do PE. A análise revelou que, apesar dos avanços na promoção da inclusão de género, as estratégias de LSG enfrentam questões relacionadas com a intencionalidade inclusiva, a clareza textual e a economia discursiva. No âmbito da LSG, formas marcadas, como a duplicação lexical ou o uso de sinais gráficos, comprometem frequentemente a fluidez e a legibilidade do texto, enquanto formas não marcadas, como o uso de termos neutros ou sujeitos nulos, podem apresentar limitações interpretativas em alguns contextos.

A utilização do sujeito nulo no PE destacou-se como uma solução viável para mitigar os problemas da marcação explícita de género. Esta característica gramatical permite construir textos neutros e inclusivos, sem comprometer a coesão textual ou a clareza comunicativa, funcionando como estratégia de reorganização enunciativa com efeitos na responsabilidade discursiva (Adam, 2008). No entanto, a eficácia do sujeito nulo depende da sua implementação, considerando o contexto discursivo e as necessidades interpretativas do público-alvo. Além disso, o sujeito nulo não resolve todos os problemas associados à LSG. Estratégias complementares, como o uso de objetos nulos, formas infinitivas e gerundivas, bem como nominalizações derivacionais, podem ser exploradas para diversificar as soluções e atender às especificidades de diferentes contextos discursivos, sobretudo em textos institucionais e jurídicos.

Estudos futuros poderão concentrar-se na avaliação da eficácia destas estratégias, abordando não apenas a sua adequação sintática e semântica, mas também o impacto cognitivo e interpretativo que exercem sobre quem lê. Acredita-se que este trabalho representa um primeiro passo para possibilitar a pesquisa automatizada de estratégias de LSG em grandes *corpora*, através da análise de formas marcadas e não marcadas, comparando-as com as ocorrências do MG quando está em causa a referência a pessoas.

Considera-se, ainda, a possibilidade de alargar a investigação a textos de outros géneros, mas igualmente com caráter prescritivo, como regulamentos internos, projetos educativos e planos de atividades desta e de outras instituições educativas. A constituição de um corpus diversificado permitirá aprofundar a análise das estratégias de LSG e compreender, de forma mais ampla, as tendências e limitações da sua aplicação em contextos institucionais.

Financiamento

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/03213/2025 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL) (<https://doi.org/10.54499/UID/03213/2025>).

Referências

- Abranches, G. (2009). *Guia para uma linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens na Administração Pública*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/06/Guia-Ling-Inclusiva-Adm-Publica_CIG_G-Abranches.pdf
- Adam, J.-M. (2008). *A linguística textual: Introdução à análise textual dos discursos*. Cortez.
- Agrupamento de Escolas Gil Vicente. (2024). *Código de conduta do Agrupamento de Escolas Gil Vicente*. <https://agrupamentogilvicente.edu.pt/wp-content/uploads/2024/05/Codigo-de-Conduta-do-Agrupamento.pdf>
- Aquino, M. F. S. (2015). A decodificação da leitura e o processo de compreensão do texto. In P. A. Castro (Org.), *Anais do II CONEDU – Congresso Nacional de Educação*. Realize Editora. https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA15_ID3947_0809_2015212637.pdf
- Assembleia da República. (2024, 23 de abril). *Reunião plenária n.º 9 da XVI Legislatura, sessão legislativa 1* [Vídeo]. Arquivo Audiovisual da Assembleia da República. <https://av.parlamento.pt/videos/Plenary/16/1/9/1>
- Baddeley, A., Eysenck, M. W., & Anderson, M. C. (2015). *Memory*. Psychology Press.
- Bronckart, J.-P. (2005). Os géneros de texto e os tipos de discurso como formatos das interações de desenvolvimento. In F. M. Menéndez (Org.), *Análise do discurso* (pp. 36–78). Hugin.
- Cavalcante, S. R. de O., & Duarte, M. E. L. (2009). Sujeitos de referência arbitrária em sentenças infinitivas do português e o parâmetro do sujeito nulo. In A. Fiéis & M. A. Coutinho (Orgs.), *Textos seleccionados do XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 185–197). Associação Portuguesa de Linguística. https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/09/12-Cavalcante_Duarte.pdf
- Charaudeau, P. (2016). A argumentação em uma problemática da influência. *ReVEL*, 14(12). <https://www.patrick-charaudeau.com/IMG/pdf/-2.pdf>
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, & Direção-Geral da Educação. (2023). *O direito a SER nas escolas: Orientações para a prevenção e combate à discriminação e violência em razão da orientação sexual, identidade de género, expressão de género e características sexuais, em contexto escolar*. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2023/06/IDAHOT-Orientac%CC%A7o%CC%83es_Para-uma-Escola-Inclusiva_web.pdf

- Conselho da Europa. (1990). *Recomendação n.º R (90) 4 do Comité de Ministros aos Estados-membros sobre a eliminação do sexismo na linguagem*. https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-REC_Eliminacao_Sexismo_na_Linguagem.pdf
- Conselho da Europa. (2019). *Recomendação CM/Rec (2019)1 do Comité de Ministros aos Estados-membros sobre a prevenção e o combate ao sexismo*. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/04/Rec-do-CoE-contra-o-sexismo_PT.pdf
- Conselho Económico e Social. (2021). *Manual de linguagem inclusiva*. https://ces.pt/wp-content/uploads/2022/08/Manual-de-Linguagem-Inclusiva_Final.pdf
- Coutinho, A. (2021). Identidades textuais, linguagem inclusiva e (re)formulação. In A. Driss, M. Gonçalves & F. Silva (Eds.), *Reformuler, une question de genres? / Reformular, uma questão de géneros?* (pp. 53–67). Húmus. https://research.unl.pt/ws/portalfiles/porta/44763988/Reformular_uma_questao_generos_DIGITAL_53_67.pdf
- Coutinho, A., Diewald, G., & Muelas-Gil, M. (2024). Introduction – Language and gender: Perspectives and challenges. *Ex æquo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, (49). <https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.02>
- Delgado, C. A. (2023). *Linguagem inclusiva: Problemas e estratégias de revisão linguística* [Dissertação de mestrado, Universidade NOVA de Lisboa]. RUN – Repositório da Universidade NOVA de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/167621>
- Direção de Comunicação e Relações Públicas. (2022). *Manual de linguagem promotora de igualdade de género*. Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. https://www.spms.min-saude.pt/wp-content/uploads/2023/11/MANUAL-DE-LINGUAGEM-PROMOTORA-DE-IGUALDADE-DE-GENERO_20220105.pdf
- Duarte, M. E. L. (2012). A expressão da modalidade deontica e epistêmica na fala e na escrita e o padrão SV. *Revista do GELNE*, 14(1–2), 77–94. <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9365/6719>
- Fiéis, A., & Lobo, M. (2010). Aspetos da sintaxe das orações gerundivas no português medieval e no português europeu contemporâneo. In A. M. Brito, F. Silva, J. Veloso, & A. Fiéis (Orgs.), *Textos selecionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 419–434). Associação Portuguesa de Linguística.
- Fiéis, A., Madeira, A., & Teixeira, J. (2022). Microvariation in the resolution of pronominal subjects in Romance: European Portuguese vs. Italian. *Isogloss*. *Open Journal of Romance Linguistics*, 8(5), 1–20. <https://doi.org/10.5565/rev/isogloss.220>
- Gabinete de Igualdade e Inclusão da Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa. (2024). *Guia para a utilização de linguagem inclusiva da Universidade NOVA de Lisboa*. Universidade NOVA de Lisboa. https://www.unl.pt/wp-content/uploads/2024/10/GULI_Web_A4_v3-1.pdf
- Greenberg, J. H. (1966). *Language universals, with special reference to feature hierarchies*. Mouton.
- Jakobson, R. (1959). On linguistic aspects of translation. In R. Brower (Ed.), *On translation* (pp. 232–239). Harvard University Press. <https://web.stanford.edu/~eckert/PDF/jakobson.pdf>
- Lakoff, G. (1987). *Women, fire, and dangerous things: What categories reveal about the mind*. University of Chicago Press.
- Lobo, M., & Martins, A. M. (2017). Subjects. In A. Dufter & E. Stark (Eds.), *Manual of Romance morphosyntax and syntax* (pp. 27–88). De Gruyter. <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/31211/1/Martins2017c.pdf>
- Lyons, J. (1977). *Semantics* (Vol. 1). Cambridge University Press.
- Matos, J. (2020). *Poderá uma língua natural ser sexista? Avaliação do impacto de informação gramatical e de estereótipos de género na compreensão de enunciados com sujeitos masculinos genéricos em português europeu* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. RUN – Repositório da Universidade NOVA de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/110814>

- Moreira, I. (2019, 6 de outubro). Os portugueses e as portuguesas não se deixaram enganar: Precisamos de um governo para quatro anos. *Visão*. <https://visao.pt/atualidade/2019-10-06-Os-portugueses-e-as-portuguesas-nao-se-deixaram-enganar/>
- Nuyts, J. (2016). Analyses of modality in terms of a layered model of clause structure. In J. Nuyts & J. van der Auwera (Eds.), *The Oxford handbook of modality and mood* (pp. 103–125). Oxford University Press.
- Pereira, V., Viana, F., & Morais, J. (2019). Processamento da leitura: Decodificação e compreensão. *Letras de Hoje*, 54(2), 108–111. <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2019.2.34946>
- Raposo, E. P. B. & Brito, A. M. (2020). Concordância nominal. In E. B. P. Raposo, M. F. B. Nascimento, M. A. C. Mota, L. Segura & A. Mendes (Orgs.), *Gramática do português* (Vol. 3, pp. 2499–2509). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Salazar, P. (2023). *Tradução e linguagem inclusiva: Desafios no português europeu* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Politécnico do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. <http://hdl.handle.net/10400.22/24587>
- SIC. (2024, 27 de outubro). *Isto é gozar com quem trabalha* (Temporada 10, Episódio 8) [Vídeo]. SIC Opto. <https://opto.sic.pt/vod/iegcqt-or-27-10-2024-t10-e8/870117fe-2652-4a29-b9d6-71364cc25115>
- UNESCO. (1999). *Guidelines on gender-neutral language* (3.^a ed.). <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377299>

Legislação

- Decreto-Lei n.º 169-B/2019, de 3 de dezembro. (2019). *Diário da República*, n.º 232/2019, 1.º Suplemento, Série I de 2019-12-03. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/169-b-2019-126869983>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2006, de 18 de maio. (2006). *Diário da República*, n.º 96, Série I de 2006-05-18. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/64-2006-633527>